

## *A Lusitânia e a Galécia*

Não poderá argumentar-se que dedicar um livro ao estudo do que se passou na faixa ocidental da Península Ibérica do século II antes de Cristo ao VI depois tem, subjacente, uma qualquer intencionalidade política. É, sim, a visão de quem, após muitos anos de investigação arqueológica e histórica, concluiu – e bem! – que, na sequência, quiçá, do preconizado por Orlando Ribeiro e outros estudiosos da Geografia Humana, o ambiente geográfico plasma os povos. Lusitânia e Galécia, ver-se-á pela leitura atenta, detiveram (e detêm, bem se sabe) características comuns, não apenas do ponto de vista geográfico, mas também no modo de ser e de viver das suas gentes.

Esse, na verdade, o primeiro aspecto a realçar na perspectiva que o Doutor Jorge de Alarcão decidiu dar ao livro que, precisamente sob o título *A Lusitânia e a Galécia do século II a. C. ao século VI d. C.*, ora foi editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra (ISBN: 978-989-26-1478-6).

O segundo, que não é de somenos, prende-se com a ‘filosofia’ adoptada, digamos assim. Estávamos habituados, neste âmbito da História em que as fontes arqueológicas, numismáticas, epigráficas se revestiam de relevância primordial, a dar conta do que foram as cidades, a organização espacial, a administração, as actividades produtivas, a religião, em capítulos separados... Fazíamos-nos, assim, eco dos estudos específicos dos especialistas nessas várias áreas do saber, envolvendo-os, muito embora, numa perspectiva global. Global, sim, mas, de um modo geral, não cronológica. Ou seja, falava-se de divindades indígenas, surpreendíamos aí o Homem perante o Divino, mas quase éramos levados a esquecer que essa atitude, nomeadamente perante aquela divindade e não outra, não nascera do nada! Houvera todo um processo, que envolvia as mais diversas tonalidades: políticas, económicas, culturais... E é esta percepção do tempo, do percurso, da gestação que se inicia, se desenvolve e, enfim, se revela, que Jorge de Alarcão logrou surpreender e ora nos apresenta. Em termos, aqui e além, de fundamentada hipótese, como sempre foi seu jeito, mas num discurso em que somos enleados, porque... estamos a ler um livro de História e não um compêndio em que se dá conta dos progressos da investigação nos variados ramos do saber histórico.

Antes, porém, de remeter para o anexo – em que juntei a capa, a ficha técnica, o índice e, também (não resisti!), o prefácio do próprio Autor – permita-se-me que acrescente um terceiro ponto: o livro lê-se bem, mas, no final (ou decerto logo no início), algo mui agradavelmente nos surpreende: a apresentação gráfica em que

pontificam os desenhos, saídos do saber e do génio (permita-se-me que assim diga) de José Luís Madeira. As ilustrações não somente ilustram mas também aliciam, tornam sedutor o conteúdo escrito e demonstram, à saciedade, que um livro de História, mesmo versando sobre tão recuadas épocas, não constitui necessariamente algo de fastidioso e maçudo. Parabéns!

Poder-se-á, pois, perguntar, por exemplo, já que delas atrás se falou, como é que entram as divindades indígenas nesse entrecho? E a fundação de *Pax Iulia* ou de *Olisipo*? E o comércio de *garum* em Tróia?

Uma atenta observação do índice poderá ser, a esse propósito, deveras elucidativa. *Pax Iulia*, *Olisipo*, *Bracara Augusta* têm de incluir-se na «época de Augusto» e será também nesse capítulo que se falará das obras de urbanização e, conseqüentemente, das «obras viárias». Já as questões económicas encontrarão poiso no capítulo dedicado ao tempo dos Júlios-Cláudios.

E as questão das divindades? Mui estrategicamente, o Autor pensou num capítulo VI: «Pausa para um balanço sobre o estado da romanização nos meados do século II D. C.» (p. 241-250). Já a questão fora abordada (por exemplo, na p. 29), mas ao assunto se volta aí mesmo (p. 242-246): «A religião é um dos campos em que o *passado* indígena não proibido se conciliou com o *novo* proposto, mas não imposto» (p. 242).

Não concordo com a ideia de *Arentia* e *Arentius* serem um «par» divino (p. 242), mas sim a mesma divindade venerada tanto na sua forma masculina como feminina, porque os deuses não têm sexo e os Romanos amiúde escreviam «sive deus sive dua», ‘seja deus ou seja deusa’; mas esse capítulo, que é naturalmente breve na economia da obra, deve ser encarado com atenção, quer porque se ratifica claramente a conclusão de que «as divindades romanas foram adoradas sobretudo nas cidades, enquanto as indígenas se encontram atestadas principalmente em ambientes rurais» (p. 244), quer por se abordarem questões nem sempre tidas em consideração como seja a forma como, através da documentação, é possível lograr discernir como é que os Romanos encaravam o Além.

Não deixarão igualmente de chamar a atenção os temas abordados na conclusão: a ‘herança romana’, como era de esperar, mas, de modo especial, a relação entre «as estradas romanas e os caminhos da Reconquista Cristã», assim como uma questão que, sem dúvida, haveria de se aflorar: e as actuais assimetrias radicam na época romana? Será que, como hoje, já os Romanos se interessavam mais pelo litoral e pelas

áreas urbanas do que pelo interior? A resposta é, a meu ver, sempre negativa, pelo que a documentação epigráfica demonstra, porque ao Romano não foi alheia a exploração da riqueza, mesmo que ela no interior se encontrasse e, para lá chegar, rasgava estradas; contudo, à pergunta «Mas devemos atribuir aos Romanos a responsabilidade deste desigual desenvolvimento regional?» (p. 349), a resposta mais viável e sólida é esta seguramente:

«Afinal, quando eles chegaram e dominaram, essas terras eram já “incivilizadas”, terras de gente que dormia no chão, bebia só água e, de bolota, fazia pão. Apesar de terem aberto estradas e de terem instalado cidades, os Romanos não conseguiram desenvolver essas áreas que, através de todos os tempos, ficaram sempre atrasadas» (*ibidem*).

Um livro bonito, um livro repositório de muita ciência colhida ao longo de décadas, mas – e isso importa frisar – um livro que nos permite reflectir sobre o que foram os nossos antepassados, a herança que nos legaram e o empenho que deve ser o nosso para a não deixar olvidar.

*José d'Encarnação*